

Maria Cristina de Queiroz Barbosa

Vanessa Alves da Silva

Letícia de Souza Blanco

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Culturas juvenis na escola

Os jovens estudantes como centro das ocupações: o caso das ocupações em São Paulo

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

As escolas são instituições importantes para socialização, desenvolvimento e uma oportunidade na vida dos jovens para que eles possam conquistar sua autonomia. É na escola que aprendem uma grande diversidade de conhecimentos e competências que pertencem a esse universo que dificilmente encontrarão em outros espaços. E para muitos ela é o lugar de oportunidades de romper com situações econômicas e sociais precárias. Por essas razões as instituições escolares têm um papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos irrepreensíveis (FERNANDES, 2009).

A metodologia da pesquisa baseia-se na revisão de literatura de textos das bases Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Scielo (Scientific Electronic Library Online). O presente trabalho destaca como os jovens se organizaram para as ocupações, assumindo protagonismo frente a políticas submetidas e de que maneira eles transformaram a escola em um espaço de resistência. Os principais referenciais teóricos utilizados foram Carrano (2016), Ribeiro e Pulino (2019) e Cartini e Mello (2016). Todos foram importantes, em diferentes sentidos, para construção de uma base teórica para discussão. Como resultado do trabalho nota-se que o projeto de reorganização foi suspenso mediante mobilização coletiva dos estudantes, que lideraram, dos professores e de outras categorias políticas que apoiaram as ocupações, dessa forma os jovens assumiram o protagonismo ao encontrar na escola um espaço de luta e de defesa de direitos.

No Estado de São Paulo, a rede estadual de ensino sofreu um intenso movimento de reorganização no final de 2015 que gerou vários outros movimentos por parte dos estudantes para se defenderem do projeto de reorganização, proposto pelo então governador Geraldo Alckmim, que os prejudicaria de maneira direta e brutal. A reorganização da rede de ensino secundaristas fecharia 94 unidades, e realocaria 754 estudantes, o que causaria mudanças significativas em suas vidas, como nas de outras pessoas envolvidas nesse contexto. A proposta da reorganização levou os estudantes a se organizarem e deflagraram um conjunto de ações para defender a manutenção de suas escolas, e realizaram isso através de protestos e ocupações (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2018). Nesse sentido os objetivos do artigo são compreender como a organização das juventudes possibilitou alterações nas propostas de políticas públicas e entender de que forma a escola se consolidou como espaço de luta, sendo necessário para isso apreender o contexto social daquele momento.

A escolha do tema justifica-se para mostrar como a educação política se fez presente, naquele período, no cotidiano escolar, de luta e de reivindicação de direitos. Os estudantes, por vezes, tomados como pessoas alheias aos acontecimentos sociais, tidos como descompromissados e sem responsabilidades mostraram que estavam a par dos acontecimentos sociais da rede de ensino com muita destreza e ação. Vemos na sociedade que mesmo os jovens em tantos momentos lutando por seus direitos, eles ainda são tomados como apáticos, mas essa visão foi quebrada a partir do momento que voltaram a lutar por seus direitos mostrando que estão juntos e atentos mais do que a sociedade poderia imaginar.

Nas manifestações e ocupações de 2015 e 2016 os estudantes lutaram por um direito assegurado pela constituição federal de 1988 e por outros documentos nacionais que garantem e norteiam o ensino médio, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e que não foram respeitados pelo governo do Geraldo Alckmin, em São Paulo. As ocupações não surgiram de uma simples vontade dos jovens, mas sim, de suas mobilizações através de ações nas redes sociais e tentativas de uma conversa com a secretaria de educação que não os deu a menor atenção.

As ocupações foram um acontecimento real encabeçado por jovens que são por inúmeras vezes tratados como sem responsabilidades, desinteressados. Estes mesmos foram à luta pelos seus direitos, pois sem uma educação, educação de qualidade, é pouco provável terem oportunidades de uma vida melhor. Nas ocupações, os jovens eram os responsáveis em manter a escola funcionando dentro de um cotidiano adaptado ao que estava sendo vivido.

Deve-se levar em consideração que os jovens são diversos e que não há uma única juventude e sim juventudes diversas, conforme Dayrell e Carrano (2014) e Abramo (2008). E diante dessa diversidade a escola e o ensino deveriam considerar essa pluralidade para que os jovens encontrem significado em frequentá-la. Com as mobilizações coletivas dos estudantes, torna-se nítido que o espaço escolar se transforma em espaço de luta. As ocupações mobilizaram não apenas estudantes das escolas, mas também partidos, sindicatos, artistas, pais e professores que se sensibilizaram em prol da defesa da educação pública.

PROJETO DE REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS: CONTEXTUALIZAÇÃO

Existem muitas relações entre as Juventudes e escola, as mesmas são reflexos da construção política, histórica, social e cultural que vem se desenvolvendo entre o sujeito, os grupos sociais, família com a escola. A escola longe de ser um local que tem como objetivo

(seguindo o pensamento neoliberal) formar para o mercado de trabalho, ela também desempenha um papel importante durante toda a vida e constituição dos sujeitos.

Podemos identificar infinitas razões para que o sujeito ingresse na escola; ainda quando pequeno quando a família o direciona para o ambiente escolar ou quando adulto que ao sentir necessidade de uma formação volta ou inicia sua relação com os processos formativos e educativos no ambiente escolar.

Dialogar a respeito da socialização de crianças de origem popular que vivem em discrepância econômica, social e cultural comparada à crianças de classe média, nos permite fazer inferência ao processo de socialização primária ao qual Berger e Luckmann (1999) evidenciam que “a socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral (p.172)”.

De modo que a criança que pertence a classe média enxerga na escola um meio entre tantos outros disponíveis para perpetuar o capital econômico, social e cultural familiar; enquanto que a criança de origem popular ao conviver com pais com grau de pouca instrução, pode projetar na escola um meio para sair daquela situação econômica, buscando uma mobilidade social. O sujeito ao iniciar sua formação escolar também inicia a socialização secundária exigindo

[...] a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional. Ao mesmo tempo, são também adquiridas “compreensões tácitas”, avaliações e colorações afetivas desses campos semânticos. Os “submundos” interiorizados na socialização secundária são geralmente realidades parciais, em contraste com o “mundo básico” adquirido na socialização primária. (BERGER e LUCKMANN, 1999, p. 179)

Com isso, evidenciamos o quão errôneo é afirmar que todos os sujeitos têm relações próximas ou iguais com o ambiente escolar, afinal somos diferentes como pessoas e a constituição familiar (econômica, cultural) também exerce forte influência nas relações que construímos entre sujeitos e a escola.

Logo, podemos deduzir que a relação entre um estudante de classe média com a escola não seja o mesmo do estudante da classe trabalhadora que ao sofrer com a falta de alimento em casa, a escola desempenha um papel primordial como garantia de alguma refeição, sendo muitas vezes a única refeição que vai realizar ao longo do dia. Situação que dificilmente vai acontecer com estudantes da classe média, tendo em vista que possuem condições econômicas e capital cultural que o impulsiona e dá sentido para sua inserção e permanência na escola.

Estamos voltando nosso olhar para as diferentes realidades que inicialmente as crianças em tenra idade levam para escola. Além de carregar seus cadernos, lápis e livros elas também carregam uma bagagem social, cultural e econômica que influencia nesse processo de socialização escolar e na construção de sentidos que a escola desempenha ao longo do seu processo formativo. Se durante a primeira infância o sentido de frequentar a escola envolve a relação entre se manter nutrido e vivo, na juventude encontramos possíveis crises de sentidos e um forte sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar.

Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. (DAYRELL, 2007, p.1106)

O jovem ao qual nos referimos ao longo do artigo, antes foi criança, criança que desde cedo constrói diferentes relações e estabelece diferentes sentidos para a instituição e ambiente escolar. Sentidos que perpassam desde a segurança que o local escolar garante de uma refeição diária, pelos diferentes sentidos que os locais escolares representa na sociabilidade, de identificação entre seus pares seja durante as aulas, na hora do recreio/ou intervalo, na chegada da escola enquanto espera a aula começar, ou até percurso que muitos podem realizar juntos (da moradia até a escola) como uma forma de proteção a depender do local de moradia.

Mas por que nos remetemos ao aspecto infantil se nosso objetivo no artigo é dialogar acerca dos jovens? Porque postulamos através de Paulo Freire que os jovens não são tabulas rasas, os jovens antes ou em articulação com o ambiente escolar são influenciados por sua cultura e pelo seu meio

O que tenho dito sem cansar, e redito, é que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos, sejam crianças chegando à escola ou jovens e adultos a centros de educação popular, trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte. (FREIRE, 2020, p. 118)

Logo o ambiente escolar não pode ser considerado o ponto inicial na formação do sujeito, é necessário que o ambiente, bem como todo o corpo docente respeite a formação não escolar de cada sujeito e perceba como eles se organizam, ouvindo e permitindo dá voz aos seus anseios. Resgatar o respeito a formação e ao movimento de escuta foi algo conseguimos identificar no movimento das ocupações; mostrando que

Há, portanto, em cada momento, um modelo regulador da educação do qual não podemos nos afastar sem deparar com vivas resistências, que tolgem as veleidades dos dissidentes. (DURKHEIM, 2016, p.44)

Essa resistência ao modelo regulador na educação passa a ser representado através da organização da sociedade civil, representada pelos jovens que ocuparam as escolas com o objetivo de serem ouvidos. O espaço escolar precisou ser re-organizado, o ambiente que seria para educar com cadeiras, mesas, lousa e professores, passou a ser um ambiente de formação política ativa, todos os ocupantes mostraram que mesmos sendo muitos, a união estava em prol da educação pública, uma educação que forma além dos conceitos matemáticos ou ordens gramaticais.

Vamos deixar em evidência o locus que foi ocupado, as escolas públicas, por estudantes da classe trabalhadora que não se sentiram representados. O principal sentido dessa re-organização do espaço escolar diz respeito à consciência política que a juventude tem. Mesmo a escola pertencendo ao Estado o movimento tinha a consciência que só seriam vistos se ocupassem o espaço que se diz público e tristemente vivenciamos atos nada democráticos.

A ideia de uma relação vertical de poder, em que dominante e dominado são pólos fixos e opostos, pode ser substituída pela concepção de poderes oblíquos, nos quais a definição de um centro depende de uma relação política definida contingencialmente, sem uma prefixação anterior ao próprio processo político e sem assumir qualquer determinação essencial e absoluta (LOPES e MACEDO, 2011, p.237)

Portanto o ambiente escolar foi re-organizado pelos jovens, os mesmos mostraram que mesmo pertencentes a classe trabalhadora alcançaram uma solidariedade classe reconhecendo de forma recíproca as diferenças relevantes entre os sujeitos da sua classe (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019). E mesmo esse reconhecimento sofrendo influência do meio social e econômico traziam consigo consciência e formação política e carregavam em seu processo de formação articulações econômicas, políticas e culturais que possibilitaram organizar as alimentações, os responsáveis pela comunicação com a mídia, e o desenvolvimento de atividades de cunho político.

As ocupações romperam com a “a idéia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo” (LOPES e MACEDO, 2011, p.19) e mostraram re-organização do ambiente escolar diz respeito também de currículo. Seria algo arcaico pensar no currículo ainda como sendo o currículo escrito, pensar currículo é pensar toda a organização escolar, desde o seu espaço, seus horários, a organização da sala, a forma fiscalizar os horários recreativos; também não estamos nos referindo ao currículo oculto, estamos afirmando que tudo é currículo. Durante as ocupações as juventudes construíram um currículo mostrando que diferentes contextos sociais possibilitam e agregam questões importantes no processo de

construção curricular, evidenciando que políticas públicas e currículo andam de mãos dadas e devem envolver representatividade de classes.

PROTAGONISMO JUVENIL E AS OCUPAÇÕES NAS ESCOLAS

O uso do termo protagonismo é mais frequente no campo das artes cênicas no teatro, no cinema, na novela se refere ao personagem principal da encenação. No sentido figurado protagonista é a pessoa que desempenha ou ocupa o papel principal numa obra literária ou acontecimento. (significados,2017)

O termo protagonismo é polissêmico e foi adotado pela sociologia e pela política com a ideia de atores sociais, passando a usar protagonismo para designar os agentes principais de movimentos ou dinamismo social. (Costa, 2001). Segundo Silva, 2015 “o conceito de Protagonismo Juvenil é dotado de múltiplas ideias em consonância, mas alterado de acordo com a dinâmica ideológica, política e social” (SILVA, 2015, p.14).

[...] revisão bibliográfica sobre o tema indica que o ‘protagonismo dos jovens/alunos’ é um conceito passível de diferentes interpretações e, além disso, imbrica outros conceitos igualmente híbridos, como “participação”, “responsabilidade social”, “identidade”, “autonomia” e “cidadania”. Nem mesmo a distinção conceitual entre “participação” e “protagonismo” é clara na bibliografia consultada. Ou seja, um autor pode-se referir a “protagonismo” em contextos em que outro falaria de “participação”, e vice-versa, havendo, ainda, casos em que as duas expressões são usadas como sinônimos. (FERRETTI, ZIBAS e TARTUCE, 2004, p. 413).

A ideia do protagonismo juvenil não é recente, na década de 1990 foram elaborados e postos em vigor diferentes documentos oficiais em nível federal e nos estados com o objetivo de valorizar e elevar a participação dos jovens sobre o argumento que é a valorização dos jovens tornaria a escola democrática, se tornando um espaço, pedagógico atraente e desafiador para os jovens, os favorecendo em todo seu desenvolvimento (FERRETTI, ZIBAS e TARTUCE, 2004). Logo, desenvolver o protagonismo juvenil dentro do ambiente escolar vai além da participação em eventos ou debates relacionados a área da política.

Mas o termo passou a ser muito utilizado nos últimos anos, esse destaque se deve à elaboração da Base Nacional Curricular Comum- BNCC que traz ao longo da sua redação o tema de maneira significativa. Como também o movimento das ocupações em São Paulo e em outros estados do Brasil. Movimentos que foram articulados pelos jovens em defesa das escolas de ensino médio que estava sendo atacadas pelo governo do estado.

Lembremos, que os jovens são parte de um todo e possuem o direito de ser protegido e assegurado por via de políticas públicas. Logo, o protagonismo juvenil está ancorado de acordo com as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) lei nº 8.069, de 13

de julho de 1990, no Título II do Direito Fundamental, Capítulo II. Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. O Art. 15 diz que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” (BRASIL,1990) As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM é um dos documentos que garantem por meio legal a difusão do protagonismo juvenil no ensino médio.

Tais leis prezam pelo bem estar dos jovens e seus direitos a se manifestar na sociedade, e como tal merecem serem contemplados em políticas públicas que atendam às suas necessidades, demandas e diversidade, pois não são iguais por serem agrupados por características em comum.

Evocamos, portanto, a palavra juventudes – no plural – aliando-nos às compreensões de juventudes como uma categoria múltipla, produzida numa complexa trama de representações sociais e culturais que vão se construindo e modificando no decurso do tempo e das circunstâncias históricas, tornando impossível falarmos numa juventude única. Com efeito, esta compreensão traz à tona questionamentos acerca de definições seguras e estáveis sobre o que é ser jovem. Dizer que as juventudes são múltiplas implica pensar num leque de inúmeras possibilidades de ser jovem que são engendradas no plano econômico, social, político e cultural. (PEREIRA e REIS,2014, p.159)

E além de levar em consideração que os jovens merecem atenção e serem tomados como pessoa descortinado a ideia de “um vir a ser” (Dayrell, 2003, p.41) torna-se imprescindível o reconhecimento de suas particularidades. É preciso reconhecer que a categoria juventude é composta de indivíduos diversos e que possuem capacidades de agir no meio no qual está integrado.

Considerar que há juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades e que reconheça os jovens como seus interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, ainda, assegurar aos estudantes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, faculte-lhes definir seus projetos de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos. (BRASIL, 2017, p. 463).

Essa breve discussão sobre a pluralidade da categoria juventude se faz necessária, pois ao falarmos em protagonismo juvenil estamos falando da juventude, dos jovens que integram a sociedade e são os sujeitos que saíram a luta pelo direito à educação, pelo direito à escola pública de qualidade. Esses jovens que não se calaram ao ver o movimento de um governo que foi eleito para governar a seu favor, os renegando e tentando retirar o pouco que os chega.

Retomando ao conceito de protagonismo encontramos em Ribas Jr. (2004) o significado de protagonismo que mais se encaixa com as ações que ocorreram nas ocupações. Segundo,

Ribas Jr., 2004 “Protagonismo juvenil é a participação consciente dos adolescentes em atividades ou projetos de caráter público” [...] (p.03) O autor ainda nos chama a atenção que nem toda forma de participação é positiva socialmente. Mas no contexto das ocupações a participação dos jovens foi fundamental para o não fechamento das escolas e implementação de ações desfavoráveis à população trabalhadora.

Embora a palavra protagonista signifique o principal, ninguém atua sozinho. Por isso os estudantes se reuniram em defesa dos direitos e reunidos tiveram força e voz para mobilizar a ocupação de uma escola e esse movimento mobilizou a ocupação de tantas outras pelo país. O caráter coletivo das ocupações propiciou trocas de experiências, construções de conhecimentos e desenvolvimento de ações buscando o fortalecimento de uma rede que se organiza em torno de objetivos comuns.

A parceria entre os jovens na defesa da escola, essa ação transformou todos em protagonistas, através do reconhecimento e desempenho dos seus papéis sociais. Os estudantes das ocupações reeditam suas experiências na instituição escolar. Trazendo à tona que os jovens não apenas estão recebendo as informações que os é transmitida, mas estavam atentos aos seus significados e mostraram o poder que a juventude organizada possui.

O grupo ao se organizar e lutar pelo seu espaço se colocou como protagonistas democráticos, “os jovens transcendem o universo de seus interesses puramente particulares e se defrontam com questões de interesse coletivo. Exercitam sua cidadania ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento da comunidade.” (RIBAS JR. 2004, p. 03). O movimento das ocupações, as ações de mobilização social levantadas pelos estudantes em prol da escola serviram para mobilizar a sociedade civil e as instituições, ampliando o debate sobre as questões da escola e que a mesma deve servir a todos. E mostrou a todos que os jovens desse tempo não estão acomodados em um mundo fora da realidade. O que vemos foi a

organização autônoma de setores da juventude que, por meio da ocupação de ruas, avenidas, espaços e equipamentos públicos, reivindicam pautas que são amplamente apoiadas pela população, tais como o direito à mobilidade e à educação, e que logram êxito em suas campanhas. Por último, vale lembrar que a vitória política possui um valor pedagógico, além de encorajar outros setores a trilhar o mesmo caminho dentro de um ciclo de protestos. (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016. p.26)

Os jovens poderiam ter agido de maneira diferente frente aos ataques as escolas, poderiam ter largado os estudos por não se sentirem integrados, por alegarem não fazer parte daquilo que vinha acontecendo. Observamos que “O movimento de ocupação mobilizou estudantes que, em sua absoluta maioria, não havia participado de nenhum tipo de mobilização ou movimento social anterior, isso por serem extremamente jovens.” (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016. p.27) Esses jovens pela falta de experiência em mobilizações

poderiam terem se acomodado e aceitado a dura realidade que se apresentava no cenário. Mas os jovens tonaram posse daquilo que o campo dos documentos alegou sobre eles serem protagonistas e surgiram com a força e argumentos que lhes era possível usar atuaram. Partiram para a iniciativa, com foco nos seus objetivos de manter as escolas funcionando e ocupadas sem lotações e falta de estrutura. A ação dos estudantes foi pautada em uma decisão consciente e comprometida. Os jovens mostraram que o protagonismo juvenil a participação do jovem é legítima.

ESCOLA COMO ESPAÇO DE LUTA E MOBILIZAÇÃO COLETIVA

Os planos de uma “reorganização escolar” nas escolas públicas paulistas, que culminaria no fechamento de dezenas escolas e realocação de diversos alunos, fez com que jovens estudantes se mobilizassem para enfrentá-lo e interrompê-lo. Para resistir ao avanço do projeto neoliberal imbricado pelo Estado, estudantes se mobilizaram, através de redes sociais, juntamente com pais, professores e partidos políticos em defesa da educação pública. Dessa maneira, a escola se consolidou como espaço de luta, de mobilização coletiva e de reivindicação de direitos.

Como pontuam os autores Catini e Mello (2016), os estudantes não participaram em nenhum momento do projeto de reorganização proposto pelo governador Geraldo Alckmin. Muitos jovens estudantes souberam só no momento da matrícula o que fomentou indignação e diversas denúncias quanto ao estado das escolas públicas que sofriam com problemas de superlotação. As redes sociais foram os meios que os estudantes encontraram para se mobilizar e organizar contra a medida neoliberal imposta. Além das redes sociais, outra forma de mobilização, encontrada pelos jovens estudantes, foi a ocupação nas escolas que se tornaram nesse período espaços de luta e de reivindicação de direitos.

Em relação às ocupações, os autores Catini e Mello (2016) chamam atenção pelos públicos que apoiaram a mobilização dos estudantes, citando partidos, sindicatos, movimentos sociais e outras organizações políticas.

A luta contra a reorganização mobilizou os filhos e as filhas de trabalhadores e trabalhadoras, pois afetou exclusivamente a escolarização desse segmento da sociedade. E ao assumir a posição de resistência e confronto com a política educacional atual, os secundaristas esboçam uma noção de educação política voltada para as condições concretas de formação da classe (CATINI, MELLO, 2016, p.1191).

Como comentam os autores através da mobilização coletiva e das ocupações nas escolas, os estudantes passaram a exercitar a educação política na medida em que a classe social

da maioria dos estudantes, que as escolas públicas atendem, começou a ter seus direitos ameaçados. Através da educação política os estudantes são introduzidos às nuances dos debates políticos, se conscientizando sobre o que têm direito e começam a participar ativamente da luta pelos seus direitos, fomentando assim o protagonismo juvenil frente ao projeto de reorganização neoliberal.

Nas ocupações ocorriam rodas de conversa, debates e aulas públicas acerca de temas como homofobia e do patriarcalismo (CATINI; MELLO, 2016). Assim, a luta dos estudantes não se reduziu à crítica apenas ao projeto de reorganização, mas também às questões sociais que estavam no entorno e atravessavam a sociedade, para além dos muros da escola.

Mesmo diante dos constantes e por vezes brutais assédios por parte da polícia e da administração escolar, das pressões dos familiares, da falta de estrutura material e do temor das reintegrações de posse violentas, em diversas escolas os ocupantes transformaram um espaço cotidianamente moldado para a heterodeterminação e reificação próprias às relações sociais capitalistas — em um lugar de autogestão, em que as tarefas eram constantemente identificadas, debatidas e assumidas pelos ocupantes, por vezes de modo rotativo (CATINI, MELLO, 2016, p.1193).

Assim, a escola se transformou, como comentam os autores, em um espaço marcado pela heterodeterminação em um lugar de autogestão protagonizado pelos jovens estudantes.

Os estudantes se apoderaram da escola no sentido amplo, tanto do espaço físico quanto no campo simbólico e político. Uma vez trancados os portões, apenas as pessoas por eles autorizadas poderiam ter acesso à escola. Não seria exagerado afirmar que o evento foi inesperado; numa rede escolar vertical, hierarquizada e burocratizada, nada parecia indicar uma ação transgressora com tamanha força e poder (CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p.1161)

Como comentam os autores, durante as ocupações os jovens utilizaram tanto o espaço físico da escola como também se apoderaram do campo simbólico e político que a mesma representa na sociedade. A partir da mobilização dos estudantes a escola tornou-se palco de luta pelos direitos, consolidando assim uma “ação transgressora” em um espaço marcado pela hierarquia e verticalidade, invertendo esta ordem e transformando a escola em um espaço mais democrático.

Corti, Corrochano e Silva (2016) destacam que as mobilizações juvenis a partir dos anos 2000, se caracterizam pelo uso intensivo de redes sociais, e isso não foi diferente nas ocupações das escolas em 2015. As redes sociais foram o principal canal de comunicação entre os estudantes e organizações externas que apoiavam as ocupações. Conforme os autores antes das primeiras ocupações “já havia um amplo conjunto de posts, hashtags, abaixo-assinados e muitos comentários circulando intensamente nas redes sociais”. Dessa forma, diversas páginas na

internet foram criadas depois de anunciado o projeto de “reorganização”, possibilitando uma melhor organização do movimento de ocupação.

A consolidação da escola como espaço de luta só foi possível por meio do espaço virtual que possibilitou a mobilização de indivíduos através das redes sociais e páginas na *web*.

Mas se o espaço virtual foi o ponto de partida para as mobilizações, o que se seguiu foi uma articulação entre manifestações na rua, nas redes e posteriormente nas escolas, configurando o que foi chamado de “espaço público híbrido” (INTERAGENTES, 2013 *apud* CORTI; CORROCHANO; SILVA, 2016, p. 1167).

Como dito, o espaço virtual foi o ponto de partida para as ocupações nas escolas seja por meio de *hashtags*, páginas online, *posts*, abaixo assinados. Assim, a mobilização de 2015 ocorreu em diferentes dimensões, seja por meio de manifestações, nas redes sociais, nas páginas da *web* (espaço virtual), nas ruas e nas escolas (espaços físicos), formando em conjunto um “espaço público híbrido” pelo qual as pessoas se comunicavam e divulgavam as ações que estavam acontecendo, consolidando assim em uma grande rede.

A internet se mostrou grande aliada na luta, consolidando-se como ferramenta estratégica, por meio dela os estudantes de diferentes escolas, atingidas pelo projeto, se comunicaram entre si e se mobilizaram, permitindo protagonismo dos jovens na luta (RIBEIRO; PULINO, 2019). A mobilização, contra o projeto de fechamento das escolas, envolveu filhos e filhas de trabalhadores que ao assumirem posição de resistência em relação à política educacional nos mostraram a existência de uma educação política, “voltada para as condições concretas de formação da classe” (CATINI; MELLO, 2016, p. 1191), na qual os jovens se forjam como cidadãos conscientes dos seus direitos sociopolíticos o que oportuniza sua participação ativa em movimentos sociais tais como vimos em 2015 nas escolas estaduais paulistas e pelo Brasil.

O que se tornou evidente nas mobilizações nas escolas em 2015 é que “O espaço escolar resume e reflete as contradições sociais e se transforma em espaço de luta · entre a população carente de educação e a estrutura de poder representada pela burocracia escolar, guardião do sistema dominante” (VALE, 2000, p.5). Assim, pode-se dizer que a escola tal como a sociedade possui contradições que culminam em luta. As ocupações vieram para mostrar que a escola pode sim se tornar um espaço de ações transgressoras que deem um fim à desigualdade e a hierarquia, presentes na sociedade, que separam os indivíduos entre aqueles que comandam e aqueles que obedecem passivamente. Rompendo, assim, a ideia de da escola como parte do sistema dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de reorganização proposto por Geraldo Alckmin, veio para atender a agenda neoliberal que está se desenvolvendo em âmbitos políticos, econômicos e sociais. A educação é um desses direitos sociais, defendido constitucionalmente, que estava sendo ameaçado com o fechamento de dezenas de escolas públicas que possibilitam que jovens da classe popular possam estudar e ascender socialmente, mudando completamente suas vidas e de suas famílias.

Os jovens estudantes ao receberem a notícia desse projeto logo começaram a se mobilizar nas redes sociais em busca de mais apoio para o movimento que estava por vir: as ocupações. Com apoio de instâncias políticas, eles conseguiram ocupar centenas de escolas, e promover uma conscientização sobre o que estava por vir a acontecer, caso o projeto fosse para frente. Entretanto, as ocupações não foram um ato pacificamente aceito, houve resistência e represálias do governo, dos diretores, do corpo docente até mesmo por parte de alguns pais. Mas os jovens resistiram e assumiram o protagonismo até formarem uma ampla rede de apoio e lutaram pelos seus direitos. Graças a essa mobilização juvenil o projeto não foi aprovado e muitos estudantes conseguiram continuar seus estudos em suas respectivas escolas.

Com as ocupações, as escolas se tornaram palco de luta, de reivindicação de direitos e de debates calorosos acerca de temas sociais recorrentes (homofobia, patriarcalismo). Os jovens trouxeram para o debate temas para além das reivindicações iniciais, fazendo denúncias e tornando público temas relacionadas as escolas a falta de relações democráticas, a falta de profissionais da educação em diversos âmbitos, Ou seja, as ocupações não só permitiram a continuação das escolas que estavam prestes a fechar como também possibilitou a conscientização política e social dos jovens que participaram do movimento como também informou a sociedade civil do descaso com as escolas públicas.

Apesar da diversidade, os jovens se reuniram em um sólido grupo para lutar contra o projeto de reorganização. As diferenças sociais entre eles foram colocadas em segundo plano em prol da manutenção das escolas, possibilitando união e força necessários. Com conversas, debates, discussões e mobilização nas redes sociais os alunos atingiram pessoas além dos muros das escolas, como artistas, pais dos estudantes e partidos políticos. Com apoio externo, os jovens estudantes conseguiram impedir o fechamento das escolas e chamar atenção para o projeto neoliberal que estava avançando sobre o sistema educacional de ensino, prejudicando centenas de pessoas.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1ª Edição – São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: Acesso em: 21 out. 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade objetiva. IN: **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. LEI Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

CARRANO, Paulo. **Apresentação Ensino Médio e Juventudes**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 7-13, jan./mar. 2016.

CATINI, C. R.; MELLO, G. M. C. **Escolas de luta, educação política**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 137, p.1177-1202, out.-dez., 2016

CARVALHO, Soraia. “Bora Ocupar”: um balanço das ocupações de escola em Recife. In: CARVALHO, Soraia. **Contrarreformas na educação e lutas estudantis**. Curitiba: CRV, 2018. p.159-167.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. **“Ocupar e resistir”**: a insurreição dos estudantes paulistas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 137, n. 37, p.1159-1176, 2016.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo, um guia para o educador**. Belo Horizonte: Universidade, 2001a. 120 p.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. disponível IN : <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 31.05.2021

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação, et /Out /Nov /Dez 2003 N° 24

FERNANDES, D. **A importância das escolas.** A página da educação. Edição N. ° 185, série II, 2009. Futura play, 2019. Conexão. Disponível em: <http://www.futuraplay.org/video/documentario-espero-a-tua-revolta/481707/3>. Acessado em: 30.01.2020

PEREIRA, Angélica Silvana; REIS, Rosemeire. **Olhares cruzados sobre ser jovem e estudante do ensino médio:** contextos, experiências e reflexões. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1(1): 1-28, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71535318010.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FERRETTI, Celso J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004

RIBAS JR, Fabio Barbosa. **Educação e protagonismo juvenil.** Prattein – Consultoria em Educação e Desenvolvimento Social novembro | 2004

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: Faperj

MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO S. **Sociologia da Juventude I.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues. **A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista.**

Crítica Educativa (Sorocaba/SP), vol. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016 ISSN: 2447-4223 DOI: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v2i1.71>

RIBEIRO, R. A.; PULINO, L.H. C. Z. Outubro, 2016, Brasil - **As ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização.** Psicologia Política. vol. 19. nº 45. 2019.

SILVA, Wesley Santos. **Aspectos críticos do protagonismo juvenil em antônio carlos gomes da costa.** BRASÍLIA – DF, DEZEMBRO DE 2015

SIGNIFICADOS. **Significado de Protagonismo.** 2017. Disponível em: <https://www.significados.com.br/protagonismo/#:~:text=Protagonismo%20Juvenil%20%C3%A9%20uma%20pr%C3%A1tica,social%20do%20jovem%20na%20comunidade.>

VALE, J. M. F. **A escola pública como espaço de conhecimento e luta a favor da sociedade democrática.** Nuances, v. 6, 2000.